



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÕES CÍVEIS 0046214-23.2008.8.17.0001 (284403-5)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: BANCO BMG S.A.
APELADA: ROSÂNGELA MOTA BORBA CAVALHO


EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA. ART. 917 DO CPC. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL. ART 130 DO CPC. APELO IMPROVIDO.

- É imprescindível que cálculos apresentados pelo Apelante estejam acompanhados de documentação comprobatória;
- Verifica-se recusa injustificada do Banco em fornecer os documentos relativos à prestação de contas apresentada nos autos;
- Sendo o juiz o destinatário da prova, forma o seu livre convencimento diante dos elementos de convicção produzidos no processo;
- Realização dos cálculos conforme provas constantes nos autos;
- Apelo improvido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

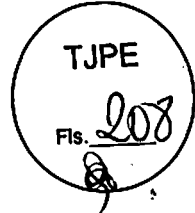
Sala de Sessões


Des. Candido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0046214-23.2008.8.17.0001 (284403-5)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: BANCO BMG S/A.
APELADA: ROSÂNGELA MOTA BORBA CARVALHO

R E L A T Ó R I O

Trata-se de recurso contra sentença (fl. 165/167) que julgou parcialmente procedente "Ação de prestação de Contas para Apuração de Saldo Devedor, Combinada com Pedidos Liminar de Antecipação de Tutela Jurisdicional".

Visando uma melhor compreensão do caso, peço vênica para proceder à sumarização da contenda.

É ponto pacífico nos autos que as partes entabularam entre si contrato de leasing, por meio do qual a Apelada adquiriu determinado veículo, pagando apenas 07 (sete) parcelas do contrato, no valor de R\$799,10 (setecentos e noventa e nove reais e dez centavos) (fls. 15/21), entregando pacificamente o bem (fls. 23/26).

Após a venda do veículo pelo Apelante, a Apelada sustenta receber cobranças e ter o seu nome incluído indevidamente na SERASA (fls. 28), pois o Apelante não teria disponibilizado a documentação relativa ao processo de revenda do veículo, apenas afirmando que o saldo devedor do contrato objeto da presente prestação de contas era de R\$ 32.763,10 (trinta e dois mil setecentos e sessenta e três reais e dez centavos).

Requeru a Apelada em seus pedidos (fls. 05/07), a condenação do Banco Apelante em prestar contas do saldo devedor do referido contrato, demonstrado os cálculos utilizados e a devolução das 07 (sete) sete parcelas pagas.

1 C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Devidamente citado (fls. 35), o Apelante apresentou as contas (fls. 74), bem como contestação (fls. 41/56).

Proferida Decisão Interlocutória (fls. 84/87), o i. Julgador de piso determinou que a parte Apelante juntasse aos autos i) prova da venda do veículo pelo valor indicado; ii) prova da prévia intimação da autora quanto à venda extrajudicial do veículo; iii) comprovação do pagamento das custas no valor de R\$ 1.773,48 (hum mil setecentos e setenta e três reais e quarenta e oito centavos); iv) cópia do contrato. Por fim, foi deferido o pedido antecipatório determinando a suspensão da anotação do nome da Apelada na SERASA.

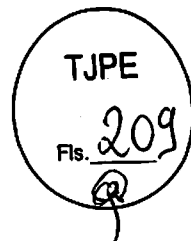
Realizada audiência de conciliação (fls. 149/150), a Apelante juntou aos autos o contrato objeto da prestação de contas (fls. 153/156). Deixou a Recorrente de proceder com a juntada dos demais documentos supracitados.

Sentenciando este feito (fls. 165/167), o i. Julgador de primeiro grau rejeitou as preliminares suscitadas em contestação, bem como entendeu que o Apelante não fez prova das informações constantes da prestação de contas, tornando-se forçoso o julgamento segundo o arbitrio do Juiz (fls. 166).

Declarou o Juízo a quo em sua decisão que i) deve-se incluir no saldo devedor apenas as parcelas em atraso até o dia da devolução do bem, 22/04/2008 (fls. 23); ii) a redução proporcional dos juros devem ser condizentes com o contrato (fls. 153/156) e não com a planilha de prestação de contas apresentada (fls. 74); iii) a desconsideração do valor das custas da prestação de contas oferecida pelo Apelante; iv) quanto ao valor da venda do automóvel, deverá ser considerado o valor da cotação por ocasião da entrega, ou seja, R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) (fls. 24).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



O Apelante ainda foi condenado ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Em suas razões recursais (fl. 172/178), o Apelante tece considerações no sentido de que acostou aos autos os documentos comprobatórios da prestação de contas, não tendo como prosperar a sentença recorrida para que os cálculos do valor devido pela Apelada sejam realizados conforme determinado pelo Julgador de piso.

Comprovado o preparo recursal (fls. 179/180).

Recurso respondido (fl. 184/192), pugnando a Apelada pela manutenção da sentença por seus próprios fundamentos.

É o relatório.

À Revisão.

Recife,

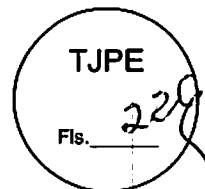
28/01/23
[Assinatura]

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0046214-23.2008.8.17.0001 (284403-5)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: BANCO EMG S.A.
APELADA: ROSÂNGELA MOTA BORBA CARVALHO

V O T O

Com efeito, tendo a Apelada entregue o bem objeto do arrendamento mercantil para que fosse revendido e o saldo aplicado na quitação do contrato, nada mais razoável e justo, até mesmo para o senso comum, que o Apelante preste contas da operação, informando *documentalmente e em detalhes* quanto foi angariado com a venda, quanto foi aplicado na amortização do débito, porque supostamente não houve sobra etc.

Demais disso, *a prestação de contas em questão não deveria oferecer a menor dificuldade ao Apelante*, instituição financeira certamente acostumada a prestá-las em relação a contratos e operações bem mais intrincados.

Nada obstante, o que se verificou no caso dos autos foi uma recusa injustificada do Apelante em fornecer a documentação relativa às contas apresentadas (fls.74), mesmo diante de determinação judicial (fl. 84/87).

O apelante teria que comprovar os efetivos valores mencionados na planilha juntada aos autos (fls. 74), o que não ocorreu, portanto a prestação de contas foi realizada em desacordo com o disposto no art. 917 do CPC:



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes

TJPE

Fls. _____

.....

"As contas assim do autor como do réu serão apresentadas em forma mercantil, especificando-se as receitas e a aplicação das despesas, bem como o respectivo saldo; e serão instruídas com os documentos justificativos".
(grifos nossos)

.....

O apelante não satisfaz a exigência imposta pelo referido artigo deixando suas alegações sem força probante.

Por sua vez, o direito processual civil brasileiro adota o sistema do livre convencimento motivado ou princípio da persuasão racional, codificados no art. 131 do CPC. Sendo o juiz o destinatário da prova, forma o seu livre convencimento diante dos elementos de convicção produzidos no processo, de acordo com o seu prudente arbítrio, vejamos:

.....

"Art. 131. O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento."

.....

Indubitavelmente, emerge com clareza, da análise dos autos, a convicção da necessidade de que o Apelante procedesse com a comprovação documental das contas prestadas, concedendo o i. Julgador de primeiro grau oportunidades e prazos suficientes para tanto (fls. 84/87 - 138).

Diante da inércia do Banco Apelante, restou irrepreensível a r. decisão a quo, que determinou a realização dos cálculos conforme provas constante no processo.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE
Fls. 224

Raciocinar em sentido contrário implicaria na indevida interferência do livre convencimento do Juiz, além de impor restrições aos seus poderes de direção da lide.

Ante tudo quanto aqui exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, mantendo a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

212
C.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0284403-5-RECIFE/PE

DESPACHO

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 17 de abril 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Revisor